

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.105 - SP (2019/0338001-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983**  
**DENIS ATANAZIO - SP229058**  
**LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY - PE025823**  
**CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO -**  
**PE020670**  
**PABLO RODRIGO NAZARETH COSTA - PE030463**  
**CAMILA LIRA AFONSO FERREIRA PAIVA - PE035477**  
**RECORRIDO : JOSE LUIZ DA SILVA**  
**ADVOGADOS : HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**  
**JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568**  
**INTERES. : JOAO PAULO DA SILVA**  
**INTERES. : JOSE LUIZ BENEDITO**  
**INTERES. : LOURIVAL FAVARON**  
**INTERES. : LUZIA RIBEIRO LOPES LEITE**  
**ADVOGADOS : HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**  
**JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, contra acórdão proferido pela Corte Estadual, que, em sede de ação de responsabilidade securitária habitacional, discute questão concernente à competência da Justiça Federal e à legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal.

É o relatório.

Decido.

1. Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no **Recurso Extraordinário 827.996/PR**, no que diz respeito se há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como instila a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, face ao possível juízo de retratação pela instância de origem.

2. Ante o exposto, determino a devolução dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo do **Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR** e eventual retratação prevista na sistemática dos arts. 1.040, II e 1.041, ambos do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI  
Relator

